

Educação deve ter nova lei em junho

Andrei Meireles

Há quatro anos tramitando no Congresso Nacional, o projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação pode, finalmente, ser votado pela Câmara em junho. É que o deputado Ubiratan Aguiar, vice-líder do PMDB, está articulando um movimento, com o apoio de várias entidades ligadas à educação, para condicionar a votação da Lei das Patentes à da LDB. Hoje, reitores, professores, entidades sindicais — integrantes do fórum nacional em defesa da escola pública — vão pedir aos líderes de todos os partidos que subscrevam o pedido de urgência urgentíssima para a LDB. Essa mobilização, porém, será combatida pelos que discordam da proposta para a LDB. É o caso da Confederação Nacional de Estabelecimentos de Ensino particular, cujo presidente, Roberto Dornas, dará, hoje, no Comitê de Imprensa da Câmara, entrevista, apontando os pontos no projeto que são contestados por sua entidade.

Por pressão das oposições, o

projeto da LDB entrou na última relação das propostas prioritárias a serem votadas pela Câmara. Na primeira relação de oito projetos, ele não constava. Mas, na segunda, foi relacionado. Mesmo assim, os líderes dos partidos governistas ainda não se dispuseram a facilitar sua votação. Ontem, Ubiratan Aguiar foi pedir o apoio do líder do bloco governista, deputado Luiz Eduardo Magalhães, que aproveitou a oportunidade para manifestar sua intenção de votar a Lei das Patentes ainda este semestre. Aguiar, depois da conversa, decidiu vincular as duas votações.

Restrições

O Governo e as escolas particulares fazem restrições a vários pontos da LDB. O Ministério da Educação, por exemplo, é contra a extinção do Conselho Federal de Educação, que seria, de acordo com o projeto, substituído por um Conselho Nacional da Educação, no qual representantes da sociedade teriam peso decisivo na definição das prioridades educacionais do País.

As escolas particulares querem

evitar a regulamentação do dispositivo constitucional que determina que os recursos públicos devem ser aplicados em escolas públicas ou concessionais. O projeto estabelece exigências para a liberação de recursos públicos para as escolas privadas questionadas pelos donos de escolas particulares. Outro ponto de divergência: o salário-educação, cujos recursos provêm da folha de pagamento dos trabalhadores, passaria a ser integralmente repassados às escolas públicas, deixando de financiar bolsas de estudo em estabelecimentos particulares.

Risco

Para as escolas privadas, há uma determinação no projeto da LDB que põe em risco a sua liberdade de ensino. Trata-se do artigo que exige a aprovação por pais e alunos da proposta pedagógica da escola. Seus defensores argumentam que a democratização da gestão do ensino não deve se limitar às escolas públicas, mas ser aplicadas também nos estabelecimentos particulares.